



**ASSOCIAÇÃO ACADÉMICA DA
UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA**

**Encontro Nacional de Direções
Associativas (ENDA) 22'**

Minho

Lisboa

2022

I – Propinas

Sem dúvida alguma, um dos maiores impedimentos históricos à livre entrada e frequência de estudantes no ensino superior é a propina, contra a qual tem havido uma luta constante.

Antes de mais, dizer que esta é uma moção 100% compatível com movimento estudantil que desde a introdução da propina tem procurado a sua abolição. O ensino superior público deve ser gratuito. Nenhum estudante deve ser impedido pela sua condição económica de frequentar uma instituição de ensino superior publico. Isto é facto assente.

Depois de feita esta atenção, vamos falar do problema a que esta moção concerne: as propinas no ensino superior privado.

A maioria dos estudantes que frequentam o ensino superior privado acabam por aderir a este por não ter média de acesso suficiente para aderir a um ensino público que pela falta estrutural de condições que apresenta não consegue dar resposta ao número acentuado de pessoas que o pretendem frequentar, os números de vagas que têm vindo a ser abertas são manifestamente insuficientes.

Pensar que um aluno com média de 18 pode não entrar no seu curso de sonho por uma falta estrutural de vagas, muitas vezes até em cursos cujas saídas são muitas vezes profissões com falta de profissionais enoja qualquer um.

É para estes alunos que procuram cumprir o seu sonho que esta moção é.

O ensino superior privado não é para ricos nem privilegiados. Em grande medida é para quem quer cumprir o seu sonho. Muitos estudantes submetem-se a longas horas, semanas, meses de trabalho na procura de conseguir pagar a propina ao final do mês.

Ora, as instituições de ensino privado repetidamente, mesmo durante os anos de pandemia, têm vindo a aumentar anualmente o valor da sua propina. Por que razões? Não sabemos. Talvez pela ganância que tanto se fala em caracterizar o setor privado, talvez por aumentos de custos efetivos, mas não vamos procurar entrar em discussões políticas, até porque não é esse o nosso objetivo com esta moção.

Queremos que haja alguma espécie de mecanismo que proteja de alguma forma os estudantes de ensino superior.

Neste âmbito, apresentamos a seguinte proposta, lembrando que somos solidários com o “Movimento propina 0”, do qual, infelizmente, os Estudantes do Ensino Superior Privado não podem beneficiar: Todas as instituições de ensino superior privado, quando tiverem intenção de aumentar as propinas, devem publicitá-lo a todos os alunos com antecedência, e apresentar de forma pública e transparente as razões desse aumento.

Esta medida fará todo o sentido para estudantes do Ensino Superior Privado, que serão ser avisados do aumento das suas propinas, ao invés da típica surpresa a que são submetidos e evitará as instituições privadas de ensino superior submetam alunos a aumentos sem qualquer tipo de fundamento, uma vez que, estarão sujeitas ao escrutínio dos alunos.

II - Saúde mental

O estado saúde mental dos estudantes de ensino superior é algo que se encontra em clara degradação, sendo que, a pandemia e os confinamentos apenas aceleraram esta tendência, tendência esta que é merecedora da nossa maior atenção. Um inquérito realizado por associações e federações académicas conclui que 55% dos estudantes do ensino superior tinham piorado a sua saúde mental desde o início da pandemia. Esta é a realidade em que vivemos.

A OMS tem, constantemente, avisado para a necessidade da preocupação com a saúde mental, que a saúde mental é algo real, que merece proteção e que também mata. A ordem dos psicólogos, assim como os estudantes de ensino superior têm avisado da necessidade de medidas concretas para controlar esta situação.

No entanto, parece que estas chamadas de atenção não são ouvidas. A ordem dos psicólogos afirma e volta a afirmar que faltam profissionais de saúde quer no SNS, quer nas escolas quer nas instituições de ensino superior.

Cabe-nos tomar uma posição forte. Cabe-nos exigir aquilo que sabemos que precisamos, cabe-nos lutar por todos os alunos de ensino superior.

Os associativistas sempre estiveram na vanguarda em todos os aspetos, desde a luta contra o ditatorialismo salazarista, contra a propina, contra a discriminação de toda a espécie. Esta é mais uma luta que nos cabe lutar.

A nossa moção tem uma intenção muito simples, sabendo nós da realidade do nosso país e das dificuldades estruturais que o nosso SNS enfrenta, queremos dar condições a TODOS os estudantes de terem acesso a um profissional da área da saúde mental.

Desta forma apresentamos uma moção para que os seguros escolares que todos os universitários têm por exigência legal apresentam uma outra vertente: a vertente do apoio psicológico. Queremos que todos os alunos de ensino superior ou por custo 0, ou por um preço simbólico possam ter acesso a um profissional do foro da saúde mental.

III – Violência no namoro

A violência no namoro é um problema cada vez maior na nossa sociedade, cada vez mais jovens sofrem este tipo de violência.

Esta foi definida pela Associação Portuguesa de apoio à vítima como um ato de violência pontual ou contínua, cometida por um dos parceiros (ou por ambos) numa relação de namoro, com o objetivo de controlar, dominar e ter mais poder do que a outra pessoa envolvida na relação.

Esta não é uma problemática rara. Os dados que têm vindo a ser partilhados são preocupantes. De acordo com a Organização Mundial da Saúde, uma em cada três mulheres foi vítima de violência sexual por um parceiro íntimo em algum momento da sua vida, duas em cada dez vítimas de violência no namoro já sofreram ameaças de morte e 2% das estudantes universitárias e 3,3% dos estudantes universitários portugueses acreditam que **“Homens e Mulheres não devem ter iguais direitos e deveres”**.

Isto não é admissível, é algo que tem de mudar. Parafraseando Barack Obama, temos que dizer às vítimas deste tipo de violência que não estão sozinhas, nós estamos com elas.

Como associativistas temos o dever crucial de arranjar ferramentas para combater esta verdadeira epidemia de violência, temos que a travar o mais rápido possível.

Por este motivo apresentamos uma moção que consideramos ser um passo na direção certa para acabar com este Tsunami que tem assolado a nossa sociedade.

A nossa moção consiste no seguinte: Associados a campanhas de sensibilização a nível nacional, a criação de gabinetes especializados na resposta a este tipo de violência que possuam mecanismos de denuncia anónima, assim como mecanismos de apoio.

Urge alterar o tipo de respostas atualmente aplicadas a este tipo de situações e adotar uma política mais musculada e ,acima de tudo, sensibilização e informação da sociedade académica.

IV – Segurança nos *Campus*

Uma das questões que tem gerado mais preocupação a todos os alunos universitários é a questão da segurança dos estudantes do Ensino Superior.

As recentes situações de assédio na Universidade do Minho, assim como a violência, por vezes mortal, que se tem assistido na Universidade de Lisboa são apenas dois dos casos de uma escalada de violência dentro das Universidades portuguesas.

Todos conhecemos casos de violência em Campus Universitários, todos temos alguém próximo que foi exposto a uma situação destas.

E, quando falamos de violência, não estamos apenas a falar de violência física ou sexual, estamos a falar da violência verbal, psicológica, emocional, social, financeira, perseguição etc...

É, portanto, da maior urgência agir. Como associativistas esta tem que ser, sem sombra de dúvida, uma das nossas maiores preocupações e focos. Temos de garantir condições para que os estudantes que representamos se possam sentir seguros naquelas que durante vários anos serão as suas segundas casas.

Precisamos de mudança, aumentar a iluminação durante a noite não é solução, é trocar de um problema real.

São precisas medidas concretas de rápida e fácil efetivação que permitam trazer uma sensação de segurança aos estudantes.

É neste âmbito que apresentamos a seguinte moção: O reforço dos meios efetivos de videovigilância e instalação de “botões de pânico” pelos Campus Universitários de todo o país, de modo que seja desincentivada a prática da violência e que haja mecanismos que permitam às vítimas de violência ter mecanismos de resposta e de auxílio.

A isto acrescentamos que nas situações em que a violência nos campus Universitários aconteça, haja gabinetes de apoio especializados que de forma anónima ajudem as vítimas a recuperar do trauma sofrido e, se for a sua intenção, recorrer aos mecanismos legais existentes para que se possa fazer justiça.